



“O comércio não pode parar”: discursos e sentidos, em Redenção – PA, durante o *lockdown* da pandemia de 2020

José Rodrigues de Carvalho^{1a} e Milton Pereira Lima^{2b}

¹ Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida – FESAR

² Faculdade Integrada de Carajás – FIC

^azecaupoeta@hotmail.com

^bmiltoncau@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo analisa enunciados discursivos em faixas expostas nas fachadas de lojas e canteiros públicos da cidade de Redenção - Pará. Esses enunciados representam o posicionamento político-ideológico de proprietários comerciais locais diante das medidas preventivas à contaminação pelo coronavírus durante a pandemia, nos meses de junho e julho de 2020. Para a realização da análise, mobilizamos aportes teórico-metodológicos da Análise do Discurso e tivemos como *corpus* os enunciados nas faixas. “Chega de hipocrisia, diretos iguais a todos” é a materialização de enunciados constituintes de um âmbito cultural de poder da ideologia liberal burguesa, origem da formação discursiva em que o discurso anti-prevenção teve origem.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Covid-19. Enunciados. Formação discursiva. Interesses econômicos.

Abstract

This article intends to analyse discursive statements on banners displayed on storefronts and public flowerbeds in the city of Redenção, Pará. Those statements represent the political-ideological position of local commercial owners in the face of preventive measures against contamination by the coronavirus during the pandemic months June and July 2020. For the realization of the analysis, we mobilized theoretical-methodological contributions from Discourse Analysis and had as corpus the statements in the aforementioned. “Enough of hypocrisy, direct rights equal to all”, is the materialization of settled part constituent of a “cultural environment” of power of the bourgeois liberal ideology, origin of the discursive formation in which the discourse anti-prevention originated.

Keywords: Speech Analysis. Covid-19. Enunciated. Discursive formation. Economic interests.

Introdução

Em meio à pandemia, “as dimensões vida, morte e cuidado surgem como tripé de consciência-reflexiva” (Silva, 2020, p. 42). De forma análoga ao pensamento de Foucault (1995), podemos pensar que, enquanto a população de uma cidade é colocada em relações de produção e de significação, é igualmente colocada em relações de poder muito complexas, a exemplo das medidas tomadas pela classe empresarial de Redenção, estado do Pará, as quais buscavam pressionar o poder público e convencer a população de que os interesses econômicos desse grupo devem ser colocados acima de qualquer outro interesse, inclusive acima da saúde e da vida, em tempos de pandemia do coronavírus.

Redenção está localizada na Amazônia Oriental. Segundo Lima (2013), o município foi fundado na década de 1960, está situado na Bacia do rio Paudarquinho, no cruzamento das rodovias PA-287 e BR-158, no sul do estado do Pará, e pertence a um “grupo de cidades formadas sob o impacto das migrações recentes e constituíram-se em corredor migratório para outras regiões do Estado e de toda a Amazônia” (Silva, 2006, p. 44).

Ainda pensando com Foucault, no seio de relações assim materializadas no espaço da cidade, a população se vê envolvida em pelo menos três tipos de relações: as relações de poder, as relações de comunicação e as capacidades objetivas. Interessa-nos, nesse ensaio, analisar formas e meios de uma das estratégias de comunicação adotada pelos empresários da cidade de Redenção para impor seu discurso verbal e visual na paisagem da cidade: dezenas de faixas com enunciados condenando as poucas e insuficientes medidas sanitárias que o poder público decidiu implementar, de acordo com recomendações sugeridas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Nessa circunstância, conforme Leopoldo (2020, p. 5):

[...] fazendo vista grossa à falsa dicotomia entre vida e economia, o Governo do Estado do Pará e governos municipais decretaram o isolamento social como medida necessária para a mitigação da disseminação da Covid-19, evitando um colapso imediato no sistema de saúde. Hoje, o Pará vive um estado de calamidade pública aprovado pelo poder legislativo estadual e com a coordenação de diversas políticas que visam maximizar e otimizar o sistema de saúde pelo poder executivo.

Essa é a situação em que a comunidade discursiva, formada pela maioria do empresariado local, coloca em cena um repertório de enunciados, sendo que um dos sentidos é confrontar a companhia de prevenção ao contágio pela Covid-19. Todavia, observados com maior acuidade, esses sentidos deslizam para outras interpretações revelando

camadas para além das superficiais. Para Rocha (2011, p. 13-14):

[...] aquilo que se enuncia por meio de palavras também é enunciado de forma mais ampla (e nem sempre de forma muito visível) por intermédio de um conjunto de dispositivos enunciativos, e tais ressonâncias são elemento fundamental para a adesão do sujeito ao discurso [...].

Trabalhamos aqui com “a materialidade dos sentidos e dos gestos de interpretação” (Orlandi, 2013, p. 1). Sendo assim, havendo a possibilidade de ampliação do discurso empresarial, a população que circula pelas ruas da cidade e se depara com essas faixas pode aderir aos enunciados contestatórios às medidas preventivas à Covid-19, passando, então, a agir à revelia dos protocolos recomendados pelas autoridades de saúde, sem se preocupar com as consequências dos seus atos para si e para a população em geral.

Em termos metodológicos, para a realização dessa análise, mobilizamos aportes teórico-metodológicos da Análise do Discurso (AD), basicamente de filiação à escola francesa pecheutiana, sem, contudo, deixar de dialogar com outras vertentes. Esse diálogo ocorreu com os devidos cuidados em convocar autores de outras correntes apenas naquilo que eles convergiam para a AD criada por Michel Pêcheux. Tomamos como *corpus* para análise os enunciados escritos num conjunto de faixas de tamanho padronizado – cerca de dois metros e meio – dispostas nas avenidas mais movimentadas de Redenção - PA. No interior do volume de faixas estendidas nas vias públicas da cidade, elegemos oito, que traziam enunciados diferentes, mas com sentidos convergentes: contestar, colocar em dúvida, deslegitimar as medidas protetivas implementadas na cidade para a prevenção da contaminação da população pelo coronavírus.

A opção pela Análise do Discurso para fazer a compreensão simbólica das asseções nas faixas vai ao encontro de Orlandi (2013), para a qual os contributos da AD possibilitam um caráter “aberto e dinâmico” no processo de significação do objeto em análise, uma vez que não pretendemos interpretá-lo, mas, sim, compreendê-lo na formação discursiva em que está inserido e em “seu modo de significar”.

O Objeto e seus contornos

Os enunciados nas faixas e as próprias faixas trazem outros sentidos. Sobre esses, interessa-nos perceber como se expressam e com quais outros discursos se relacionam, dialogam e são imbricados. Um deles é o de serem projetados nos espaços públicos da cidade, provocando um acontecimento visual e significativo discursivo. Aqui daremos

destaque à categoria acontecimento, a partir da perspectiva da AD, pois para Possenti (2009), a noção de acontecimento é crucial para a Análise do Discurso (AD), por causa de sua relação com a enunciação que, diferente do enunciado, dificilmente se repete. Outra importância fundamental dessa noção é sua relação com a história, para a qual é matéria prima.

Pode se caracterizar o acontecimento como o que foge à estrutura, ou a uma rede causal, ou a uma origem. Em um sentido, ele é único (talvez inesperado, embora em geral se explique até facilmente a *posteriori*). Traços dessa concepção podem ser encontrados em Ducrot (1984:168), para quem a enunciação é o acontecimento constituído pelo aparecimento do enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dada existência de alguma coisa que não existia antes de falar e que não existirá mais depois (Possenti, 2009, p. 119).

Para Foucault (*apud* Possenti, 2009), o acontecimento não é mais considerado simplesmente como manifestação episódica de uma significação mais profunda que ele; é tratado na sua irrupção histórica; o que tenta absorver é a incisão que constitui sua emergência.

A irrupção de uma paisagem discursiva nas fachadas comerciais e praças da cidade, confrontando medidas sanitárias para a proteção da vida, constitui uma materialidade enunciativa e um acontecimento de significativa incisão, que desperta interesse para a análise no campo da AD. Apesar de termos como referência teórica e metodológica autores da AD francesa, consideramos pertinente a utilização de referencial e conceitos da “escola russa” da AD, com fundamentação em Mikhail Mikhailovich Bakhtin, essencialmente ao tratarmos dos enunciados enquanto “signos ideológicos”.

A movência teórica e metodológica caracteriza o estudo em AD. “Tal afirmação deve-se às constantes inovações concernentes ao tipo de materialidade discursiva tomada para análise e as revisões, inovações e ampliações que, conseqüentemente, o aparato teórico-metodológico sofre” (Fernandes, 2007, p. 79).

Os sentidos que emergem da materialidade discursiva “dos signos ideológicos” (Bakhtin, 2006), “em relação com a história”, possibilitam entender que o acontecimento discursivo de fato não é repetível. Contudo, conforme Mendes (2020), o acontecimento discursivo engloba o embate entre a atualidade e a memória, resultando numa ressignificação. Para esse mesmo autor, “enquanto a memória procura estabelecer uma regularidade enunciativa, o acontecimento discursivo caracteriza-se, contrariamente, como sua irrupção” (Mendes, 2020, p. 83).

Segundo Mendes, Souza e Silva (2020), a AD define-se, portanto, como teoria e método de investigação. Assim, busca instaurar, nos entremeios textuais, uma leitura que permite liberar os sentidos do discurso por meio da sua materialidade – no caso do presente estudo, as faixas protestativas –, compreendidas como o encontro do histórico com o linguístico e o ideológico. A história está posta não pela simples cronologia dos fatos, mas por sua condição de produção: a historicidade se faz reconhecer no texto (Mendes; Souza; Silva, 2020, p. 183). O momento histórico, a nível global do acontecimento, é o da pandemia do coronavírus e, a nível nacional, a “gestão” de um governo que negou a existência da Covid-19 e negligenciou medidas de contenção à proliferação da doença e conseqüentemente aos óbitos. Nessa condição, enunciados discursivos em diálogo com a história suscitam um repertório de sentidos.

Para Bakhtin (2006), um sentido só revela as suas profundidades encontrando-se e contatando-se com outro, com o sentido do outro: entre eles começa uma espécie de diálogo que supera o fechamento e a unilateralidade desses sentidos, dessas culturas. Movimento que o russo denomina de “dialogismo” ao “argumentar”, por exemplo, que “a palavra vai à palavra”. Assim, o autor defende que todo discurso se formula na relação com outro discurso, o qual, por sua vez, já se encontra na cadeia discursiva (Lima, 2019, p. 59).

Dessa maneira, o outro confrontado com o sentido das mensagens antiprevenção em Redenção é um corpo social coletivo, atravessado pelas incertezas e tensões que o acontecimento sanitário trouxe. Trata-se de milhares de munícipes imersos numa realidade emergente fluída que “res-significa o mundo do trabalho, o mundo da produção e o mundo das representações” (Leopoldo, 2020, p. 01). Essa realidade, portanto, influencia nos sentidos atribuídos aos enunciados empresariais espalhados pela cidade, próprios de uma “esfera cultural” específica com seus interesses de grupo.

Retomando ainda ao acontecimento, concebemo-lo como um fato histórico, mesmo que em micro escala – âmbito da cidade, situado no contexto da pandemia, portanto, um acontecimento histórico que, vindo de construções discursivas/ideológicas pretéritas e também das mais recentes, estimuladas pela crise sanitária, resulta em múltiplas discursividades.

Distribuir faixas contestando medidas sanitárias está sendo aqui significado como um fato ideológico histórico, construído a partir de uma prática social que não pode ser concebida com o viés da neutralidade. Nesse sentido, concordamos com Cazarin e Rasia (2014), quando dizem que,

em AD, o que interessa não é o acontecimento em si, o evento empírico; o que interessa é o acontecimento tomado enquanto fato histórico, resultado de uma interpretação.

Inferimos que, a partir do acontecimento das faixas espalhadas pela cidade de Redenção, parte da população, a qual timidamente vinha aderindo às medidas de prevenção à Covid-19, interpreta essa discursividade como um reforço ao descumprimento das normas sanitárias. Portanto, desconfiamos que o discurso do empresariado estabeleceu uma ruptura e inaugurou uma nova modalidade discursiva. Essa é aderida, principalmente, pelos trabalhadores avulsos, que passam a defender a reabertura do comércio e incorporam o enunciado do “preciso ganhar o pão de cada dia” ao seu discurso cotidiano, preterindo o discurso da vida como prioridade primeira.

O corpus de análise e leitura e interpretação

Segundo Fernandes (2007), o discurso não é a linguagem em si, mas precisa dela para se materializar. O corpo discursivo que se apresenta como enunciados ou signos ideológicos do acontecimento tem características peculiares com padronização da localização visual: faixas estendidas em locais de fácil visibilidade, principalmente para quem trafega de automóvel pela cidade, o que revela intencionalidades de alcançar o maior número de transeuntes.

Uma das características comuns nos enunciados das faixas é o caráter argumentativo. No entanto, as enunciações trazem os sujeitos enunciativos de forma oculta, podendo também ter sentido de discursos apócrifos. Com exceção das peças fixadas nas árvores dos canteiros públicos, a maioria delas foi estendida na fachada das lojas, o que permite inferir que os sujeitos autores discursivos são os proprietários desses estabelecimentos comerciais. É bem possível que tenha sido ação de grupo ou associação de empresários, uma vez que há uma padronização estética.

Para perceber a autoria dos discursos é necessário ler as mensagens e o contexto material em que elas estão inseridas. Isso quer dizer que os sentidos não estão dados a priori e que o efeito de sentidos entre sujeitos nessa interlocução (enunciadores e leitores/as) depende de outros elementos, inclusive visuais, além do texto. Isso porque, “para falarmos em discurso, precisamos considerar os elementos que têm existência no social, as ideologias, a História” (Fernandes, 2007, p. 13).

Aspectos sociais e ideológicos impregnam os enunciados nas faixas fixadas nas fachadas comerciais da cidade e canteiros públicos, como se observa na Figura 1, acima. As peças, todas em material de lona sintética branca, escritas com letras garrafais em cores preta e vermelha, formam

um painel quase contínuo de visualidade discursiva. Nesse sentido, os dizeres de Fernandes (2007, p. 14) foram mobilizados porque,

analisar o discurso implica interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de suas atividades sociais. A ideologia materializa-se no discurso que, por sua vez, é materializado pela linguagem em forma de texto; e/ou pela linguagem não-verbal, em forma de imagens [...]. Os sentidos são produzidos face aos lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução.

Figura 1

Faixa afixada na av. Thompson Filho trazendo o apelo ao não fechamento do comércio



Nota. Arquivo de Lima, Milton Pereira, 2020.

Em a *Ordem do discurso*, Foucault (1971) esclarece que discurso não se reduz a palavras proferidas, mas fundamentalmente aos princípios e às regras institucionais aos quais, atravessando o falante e sua fala, cabe constituir o sentido e o sujeito do discurso. Pensando assim, o que atravessa os sujeitos discursivos das faixas anti-prevenção Covid-19?

Passamos a considerar como discurso o repertório de enunciados da campanha contra a prevenção, por entendermos que não se trata de um acontecimento aleatório; há uma ordem de atravessamento nesses falantes, “determinando, em sua fala, o que e como deve ser dito”, no contexto em que são enunciados. Inferimos que se trata da ordem econômica-ideológica materialista de que os bens materiais são mais valiosos que as vidas das pessoas. Uma ideologia que tem tentado impor o “novo normal”, num cenário assim descrito pela jornalista Mariana Lima (2020, p. 1):

“O COMÉRCIO NÃO PODE PARAR”: DISCURSOS E SENTIDOS, EM REDENÇÃO PA, DURANTE O LOCKDOWN DA PANDEMIA DE 2020

No dia 8 de agosto de 2020, o Brasil chegou à marca de 100 mil mortos pela Covid-19, enquanto diversas cidades promovem a reabertura de shoppings, bares e outros estabelecimentos comerciais. A reabertura das escolas também já está começando. Se o país decretasse um minuto de silêncio por cada uma das vítimas do SARS-CoV2, vírus causador da Covid-19, os brasileiros passariam 70 dias sem poder dizer uma palavra. A flexibilização que vem ocorrendo traz uma falsa sensação de normalidade, e o discurso do ‘novo normal’ parece adormecer o significado das mil mortes diárias e dos 105,6 mil óbitos confirmados, até o momento, pelo levantamento do consórcio de veículos de imprensa, com base em dados das secretarias estaduais de Saúde.

é nessa realidade que emerge o discurso “O comércio não pode parar”. Como “os sentidos são produzidos face aos lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução” (Fernandes, 2007, p. 14), os empresários, a partir das suas poses materiais, são enunciadores, e a população – principalmente a mão de obra do comércio e consumidora de produtos na cidade – forma o par interlocutor de onde emergem sentidos de que as medidas preventivas à Covid-19 devem ser desobedecidas, pois estão parando o comércio.

“O dizer também não tem um começo verificável: o sentido está sempre em curso” (Orlandi, 2007, p. 11). Pensando individualmente, há um silêncio antes e depois desses enunciados. Todavia, quando somados, ecoam formando uma paisagem sonora discursiva pela cidade, possivelmente, fazendo com que quem os leia passe a minimizar o problema do vírus letal *SARS-CoV2* e pense que as empresas e suas movimentações comerciais são quem merecem a verdadeira atenção das autoridades. Esse é o objetivo do discurso em pauta.

Segundo Orlandi (2007), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Sendo assim, qual seria a ideologia determinante nas interpretações dos sujeitos diante do discurso da “Economia não pode parar”? Certamente seria a da classe empresarial da cidade, produzida e repercutida por todos os espaços da cidade, de que a economia veio primeiro que os seres humanos; que os negócios estão acima da saúde e da vida de qualquer pessoa, logo são supremos. Ideologia que não pode ser pensada fora de uma historicidade, posto que não é de agora – em tempo de pandemia – que as investidas para formar um imaginário unilateral pró-economia para os que já a possuem é patente na cidade, e como “o sujeito é um lugar de significação” (p. 14), as bases dessa significação vêm se constituindo historicamente. Nesse sentido, Bakhtin (2006, p. 34) argumenta também que “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência”.

Para a linha de Análise do Discurso ancorada nos estu-

dos de Pêcheux, a ideologia ocupa um lugar de relevância. Por isso, consideramos necessário explicar como esse autor e seus seguidores utilizam e compreendem esse dispositivo no trabalho com os discursos. A passagem explicativa de Orlandi (2007, p. 66) ajuda a ampliar a compreensão:

O processo ideológico não se liga à falta, mas ao excesso. A ideologia representa a saturação, o efeito de completude que, por sua vez, produz efeito “evidência” sustentando-se sobre o já dito, os sentidos institucionalizados, os admitidos por todos como “naturais”. Pela ideologia há transposição de certas formas materiais em outras, isto é, há simulação. Assim, na ideologia não há ocultação de sentidos (conteúdos), mas apagamento do processo de constituição.

Na concepção discursiva tratada na linha pêcheteana, a ideologia considera que o ato de significar é inerente aos sujeitos e à interpretação que eles fazem. A ideologia é sempre regida por condições de produção específicas. No entanto, elas aparecem como universais, eternas e consolidadas. Surge daí a ideia de um sentido único e verdadeiro para os discursos, quando se sabe que “todo enunciado é suscetível a tornar-se outro” (Orlandi, 2007, 85).

Figura 2

Faixa anexada em vitrine de loja na Av. Brasil destacando a essencialidade do comércio para as famílias



Nota. Arquivo de Lima, Milton Pereira, 2020.

O enunciado da Figura 2, acima, “Este comércio é essencial para o sustento de 5 famílias”, é carregado de textualidade e deriva de “um discurso que a sustenta, que a provê de realidade significativa” (Orlandi, 2007, p. 52), pois há nele uma relação com os interdiscursos, relação com os sentidos historicamente construídos, com influências das exterioridades.

Com isso, não estamos dizendo que o texto reflete a história, mas o significa como uma materialidade histórica. No momento em que atribui sentido, o que é por essência um empreendimento a favor da solidariedade – visto que argumenta em favor do “... sustento de 5 famílias...” –, esse solidário desliza para o patrimônio, a riqueza das famílias que dele se alimentam, podendo não se tratar de famílias de trabalhadores, mas dos próprios proprietários.

Com sentidos anônimos e coletivos, as dezenas de faixas instaladas em lugares de visibilidade pela cidade constituem uma paisagem de produção de sentidos e constituição dos sujeitos economicamente influentes. Como um utensílio simbólico, o texto é um objeto de interpretação.

Figura 3

Faixa afixada no canteiro central da Av. Brasil evocando direitos iguais



Nota. Arquivo de Lima, Milton Pereira, 2020.

No caso do enunciado, imediatamente anterior (Figura 3), interessa-nos compreender como ele produz sentidos, como estes estão nele e como podem ser lidos. Isso não quer dizer que ele, e nem os demais aqui analisados, foi tomado como pontos absolutos, pois há outros elementos exteriores que contribuem na sua constituição. Significa dizer que nosso olhar não é propriamente para os textos estampados nas faixas, mas para o discurso que eles, individualmente e em conjunto, constituem.

Procurando ir além das evidências da superfície enunciativa da faixa na Figura 3, nota-se que o enunciado não está somente reivindicando a reabertura do comércio. Outro efeito de sentido que chama atenção nele é a classificação dos responsáveis pelo *lockdown* como “hipócritas”. Uma hipocrisia que parece se estender, pois, na exclamação

“Chega”, há o deslizamento para uma região de sentido, na qual se pode pensar que a hipocrisia tem sido constantemente praticada pelas autoridades que tomaram as medidas de isolamento.

Ao evocar “direitos iguais” o sujeito de enunciação evoca o Artigo 5º da Constituição Federal Brasileira de 1988: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (Brasil, 1988). A distância entre esse enunciado institucional e a realidade brasileira salta aos olhos no cotidiano.

Se o descumprimento dessa garantia da Lei ocorresse apenas em circunstâncias de enunciação como as da pandemia, poderia se pensar em uma excepcionalidade. No entanto, não é essa a realidade. O próprio enunciado desliza para um sentido em que os proprietários pinçam do texto constitucional apenas a parte que lhes convém: “direitos iguais a todos”, esquecendo-se de que o mesmo Artigo defende “o direito à vida, à liberdade e à segurança”. Caso o comércio estivesse aberto – com o movimento de pessoas – a vida delas e dos trabalhadores dessas lojas estaria em risco, diante de uma possível contaminação com o vírus, já que ele tem alto nível de letalidade. Ao serem obrigados a trabalharem em pleno pico da contaminação na cidade, a liberdade dos funcionários, em proteger sua saúde e dos seus familiares, não estava sendo respeitada. O pronome indefinido plural “todos”, constituinte do enunciado, a partir do deslizamento realizado, remete à ideia de que apenas a classe empresarial representa esse “todos”, evocando um sentido que há o uso do coletivo para defender interesses particulares.

Refletindo com Orlandi (2015), os sentidos não estão somente no enunciado, nas palavras, no texto, mas dialogam e mobilizam outros elementos da exterioridade imediata e ampla. Os sujeitos da enunciação, ao fazê-la, estão posicionados em interdiscursos e formações discursivas que remontam à história e à legislação brasileira, dispositivos discursivos anteriores, que são constituintes dos discursos naturalizados na sociedade.

Podemos ver as peças midiáticas refutando o *lockdown* de forma isolada ou unificada, formando um corpo só, reunindo vozes e enunciados distintos nas suas formas de expressão, mas com sentidos e objetivos convergentes. Esse enlaçamento é percebido quando se leva em consideração o contexto da pandemia e as disputas entre as autoridades e os “donos” da economia na cidade, estes que diuturnamente impõem, além do poder material, o poder simbólico que ostentam como classe dominante. Ao defenderem suas

economias, não dizem só isso, engendram outros sentidos aos seus enunciados, pois “sempre sob as palavras ‘outras palavras’ são ditas”, pois o discurso é polifônico, para usar uma expressão de Bakhtin (2006).

Nas palavras de Fernandes (2007, p. 26), “a linguagem será apreendida sempre em uma situação social e histórica, na qual e com a qual os sujeitos constituem-se pela interação social; o ‘eu’ e o ‘outro’ são inseparáveis e a linguagem possibilita-lhes a interação”. Com isso, entendemos que o discurso resulta do entrelaçamento de diferentes discursos dispersos no meio social e, por isso encontram também sentidos diferentes dados pelos sujeitos que por eles são interpelados.

Assim como a linguagem recorre ao histórico/concreto e social para se fazer apreender, o sujeito discursivo também se constitui por essa trilha; ele não é totalmente dado, mas “resulta de uma estrutura complexa, tem existência no espaço discursivo, é descentrado, constitui-se entre o ‘eu’ e o ‘outro’. [...] Os sujeitos resultam de uma ligação da ideologia, inscrita histórico-socialmente, com o inconsciente, que dá vazão à manifestação do desejo” (Fernandes, 2007, p. 29).

Figura 4

Faixa afixada em fachada de loja na av. Araguaia ressaltando a isenção do comércio com os problemas nas estruturas da saúde



Nota. Arquivo de Lima, Milton Pereira, 2020.

Se levarmos em consideração a história da construção do sistema de saúde pública brasileiro e as obstruções do sistema de saúde comercial a ele impostas, o enunciado da Figura 4, a seguir, parece estar coberto de razão. No entanto, sabe-se o quanto o movimento por saúde coletiva tem

se confrontado com os interesses do chamado complexo médico-coorporativo instalado no Brasil, o qual sobrepõe seus interesses privados sobre os públicos, como no repasse – direto ou indireto – de verbas e gerenciamento. Essas investidas fazem parte do comércio, que diante do *lockdown*, diz não ter responsabilidade com a precarização da saúde no Brasil.

Outros discursos constituem qualquer que seja o discurso, concordam a maioria dos estudiosos da Linguística. Ao dizer que “O comércio não é responsável pela falta de estrutura na saúde” é possível perceber o discurso de que a saúde pública é precária, inferior, portanto, não confiável. Tal discursividade é constituída por outros discursos. Para trazer dois exemplos, poderíamos citar os discursos de que a corrupção é a verdadeira responsável pela precariedade dos serviços públicos; e o de que a Covid-19 em si não traz perigo letal à população, o problema é a falta de estrutura na saúde.

Nesse enunciado, verificamos o entrecruzamento de diferentes discursos e formações ideológicas constituindo uma formação discursiva que, grosso modo, caracteriza-se pela defesa da isenção da classe empresarial diante dos problemas de desenvolvimento do país. Diante disso, pensando ainda com Fernandes (2007), podemos identificar nessa formação discursiva a presença de diferentes discursos que, na AD, denomina-se interdiscurso. Este, conforme o autor, se trata de uma interdiscursividade caracterizada pelo entrelaçamento de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais.

Jogando com o equívoco, o enunciado “O comércio não é culpado pela falta de estrutura na saúde” sofre um movimento de significação, podendo ter outro sentido: o de que a pandemia é resultado da falta de estrutura na saúde. Contudo, segundo a OMS, o próprio termo – pandemia – diz respeito a uma doença que se alastrou em escala mundial, alcançando mais de dois continentes e, o vírus, até onde se sabe, tem origem em uma cidade chinesa de nome Wuhan, capital da província de Hubei.

Haveria algum interesse em atribuir responsabilidade pela crise sanitária aos serviços públicos? Segundo Orlandi (2015, p. 36), “todo dizer é ideologicamente marcado. é na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos”. O comércio – compra e venda - elevado a uma das instâncias suprema do mercado, tem como dispositivo político o neoliberalismo que, avança na “privatização do Estado, desmonte da solidariedade social, financeirização e corrosão da democracia” (Brown, 2020, p. 23). Assim, “o neoliberalismo hayekiano é um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a pró-

pria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático dos Estados-Nação” (Brown, 2020, p. 23).

Figura 5

Faixa afixada em fachada de loja abordando a relação entre trabalho e alimentação



Nota. Arquivo de Lima, Milton Pereira, 2020.

Figura 6

Faixa afixada na av. Araguaia destacando o apelo em defesa da economia



Nota. Arquivo de Lima, Milton Pereira, 2020.

Nesse sentido, os sujeitos e o discurso, que contestam as medidas das autoridades de prevenção à Covid-19, visando culpar os serviços públicos pela pandemia, se filiam à ideologia neoliberal, a qual, desde sempre, foi contrária

à atuação do Estado na prestação de serviços à sociedade e, na contemporaneidade, vem atacando veementemente a sociedade e a justiça social em nome da liberdade de mercado.

No enunciado seguinte (Figura 5), o movimento de significação confronta a determinação das autoridades de funcionamento apenas dos serviços essenciais. Nele, o sujeito discursivo não fala do seu lugar social, mas do lugar de quem trabalha para ele/a, provavelmente, pois os patrões sabem que o que pagam para os “colaboradores” só é suficiente para “o pão de cada dia”, a medida calculada para a reposição da força de trabalho.

Como vivemos numa sociedade com relações de poder extremamente hierarquizadas, a comunicação da faixa de protesto se sustenta a partir do lugar de poder do patrão, que fala no lugar do empregado. O que o subalterno funcionárioalaria se lhe deixassem falar?

Para Orlandi (2015), em situações como essa, estamos diante do que a autora chama de formação imaginária. Nesse caso, parafraseando umas das suas observações, não é o sujeito físico, com seu lugar empírico como tal, que está inserido na sociedade que funciona no discurso, mas sua imagem, resultado de projeções. “Em toda língua há regras de projeção que permitem o sujeito passar da situação empírica para a posição discursiva. O que significa no discurso são as posições” (Orlandi, 2015, p. 38). Sendo assim, no enunciado, contestando a medida restritiva em favor da saúde coletiva, o locutor empírico pouco tem importância, o que realça o sentido é a posição patronal enunciada.

A condição de incompletude na linguagem é um ponto muito importante para a AD, porque, segundo a autora supracitada, “a linguagem não é transparente. Os sentidos não são conteúdos” (Orlandi, 2015, p. 51). é no movimento, no uso da língua, no dizer que o sentido aparece para além das evidências ideológicas. Nesse jogo, procuramos perceber no dito discursivo desse enunciado aquilo que ele não diz, mas que é constituinte também de sentidos para suas palavras. “A economia não pode parar” evoca a pseudoposição entre economia e a vida humana, e procura impor a ideia de que:

[...] não existem outras possibilidades para amparar a população, que a vida não pode existir se não houverem trocas econômicas, de um punhado de dinheiro, por um punhado ou um conjunto de objetos. Pensa-se por excelência que o valor de troca subsumiu o valor de uso e da vida na sua totalidade (Mendes, 2020, p. 81).

Esse é um dos efeitos de sentidos que o tema/problema da pandemia tem sofrido, a partir do contexto de polari-

“O COMÉRCIO NÃO PODE PARAR”: DISCURSOS E SENTIDOS, EM REDENÇÃO PA, DURANTE O LOCKDOWN DA PANDEMIA DE 2020

zação política que vive o Brasil e da ascensão de discursos provenientes de formações discursivas que abarcam um feixe de práticas narrativas reacionárias, começando pelo Presidente da República. Nota-se que “os discursos exprimem uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inscritos” (Fernandes, 2007, p. 42). Para exemplificar, lembremos que “o Presidente da República notabilizou um discurso no dia 24 de março de 2020 na TV brasileira, fazendo uma série de indicações em prol dos empresários” (Py, 2020, p. 39), o que deu reforço ao discurso “A economia não pode parar”.

Como se indica, o bolsonarismo verniza seu discurso com tons messiânicos de salvação política do Brasil, mas reverbera o desprezo eugênista à parcela da população mais velha, com problemas de saúde crônica diante da possibilidade da morte. Faz isso construindo uma falsa dicotomia entre o caos social da quarentena e o desemprego que pode assolar o país (Py, 2020, p. 38).

Austin (1962) percebeu e provou que o ato de falar é, sobretudo, um instrumento para realizar ações, ultrapassando a função narrativa-descritiva da realidade. Ao falar contra o *lockdown*, a classe empresarial da cidade está agindo e transformando a si mesma e a realidade em que está inserida, movendo-a para a direção que lhe interessa, a da economia que não para.

O apagamento do coletivo, expresso no verbo “deixe”, conjugado na 3ª pessoa do singular do imperativo negativo, permite pensar que o apelo se dirige tanto às autoridades individualizadas em suas funções, quanto a cada sujeito que compõe o corpo de consumidores da cidade, incluindo os funcionários dos estabelecimentos comerciais. Conforme Orlandi (2015, p. 37):

Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível (Orlandi, 2015, p. 37).

No caso do enunciado “Não deixe a economia parar” dirigido ao indivíduo, pode também ser significado como um apelo coletivo de alcance para além das autoridades responsáveis pelas medidas preventivas de fechamento do comércio. É um movimento, que nas suas interpretações, a partir das formações discursivas de onde enuncia o protesto, pretende conter as determinações contidas na ordem das autoridades em favor da prevenção sanitária.

Observando a topografia discursiva das frases, uma estratégia enunciativa não dita está presente no ocultamento

espacial do sujeito enunciativo, dono do suporte visual. Essa faixa (Figura 7), por exemplo, é assinada por um grande supermercado da cidade, mas foi instalada em frente a outro estabelecimento comercial, pequeno e bem distante fisicamente do enunciante. O enunciado está assinado, mas a posição espacial não corresponde com o local de quem o assina. Compõe também o corpo desse receio em associar sua imagem às reivindicações contra o fechamento do comércio, a redução do tamanho do nome da loja, escrito em letras bem menores aos dizeres reivindicatórios, criando uma dificuldade visual identificativa para quem lê.

Figura 7

Faixa afixada em fachada de loja ressaltando a continuidade da aglomeração, mesmo com o comércio fechado



Nota. Arquivo de Lima, Milton Pereira, 2020.

Adiante, “O comércio não pode parar”, o resto pode, inclusive a vida. Esse é um dos sentidos que podemos inferir no enunciado da faixa, destacado na Figura 8, abaixo. Um não dito que se revela quando se tenta dizer outra coisa, ou seja, “o que é silenciado constitui igualmente o sentido do que é dito” (Orlandi, 2015, p. 83). Se os não ditos também significam, depreende-se ainda, nessa enunciação, a minimização da pandemia e sua filiação à formação discursiva negacionista que chamou a Covid-19 de “[...] apenas um ‘resfriadinho’, desprezando os riscos da doença principalmente para a população de risco” (Py, 2020, p. 35), evidenciando a face da necropolítica que vem se efetivando no país.

O modo como o sujeito que emite essa voz explicita sua posição de poder, evidencia como “o poder linguístico emoldura a concentração das forças econômica, midiática,

política e cultural” (Romão, 2020, p. 3). Nesse caso, se confirma o que Bourdieu (1989) chama de poder simbólico, aquele em que a voz de autoridade é reconhecida como tal, reafirmando continuamente a força simbólica da pessoa falante (e de seu grupo).

Figura 8

Faixa afixada em defesa do comércio em movimento



Nota. Arquivo de Lima, Milton Pereira, 2020.

Considerações Finais

Nesse ensaio, procuramos evidenciar alguns discursos (distribuídos em enunciados escritos em faixas dispostas pela cidade) empresariais, de grupos econômicos contrários às medidas preventivas contra a Covid-19, determinações adotadas pelas autoridades de Redenção, estado do Pará, e as possibilidades de sentidos que eles possuem, quando relacionados com outros discursos e formações ideológicas que os atravessam.

Verificamos que, ao defender seus interesses patrimoniais, os sujeitos discursivos, envolvidos no acontecimento, colocam em cena diferentes artifícios argumentativos e, ao quererem impor o sentido de que a economia é mais importante que as vidas das pessoas, deslizam para outros dizeres, como, por exemplo, que apenas as gestões públicas são responsáveis pela precarização da saúde; que a hipocrisia é uma prática estendida entre as ações das autoridades “Chega de hipocrisia, direitos iguais a todos!”; e que são defensores da igualdade de direitos.

Acreditando na performatividade dos seus enunciados, os sujeitos que protestam contra a prevenção sanitária

em Redenção agem ao escolher as palavras e pronunciá-las/escrevê-las. Agem ao mesmo tempo na linguagem (seu sentido), enquanto um aviso e anúncio do que desejam e, “no mesmo ato, faz agir ao provocar algo em quem recebe a mensagem” (Orlandi, 2015, p. 86).

Ao realizarmos a análise, percebemos ainda que o discurso *antilockdown* ultrapassou a comunicação interpessoal, saltando de esfera e se inserindo numa malha de disputa pública, com rituais próprios de concorrência, legitimação, reprodução e marginalização. Isso reflete as formações discursivas históricas, edificantes das desigualdades e injustiças estruturais, em um mundo, cuja manutenção das atividades comerciais, ou seja, a manutenção do lucro, parece valer mais do que preservação da vida humana.

Ainda, dialogando com Orlandi (2013), na Análise de Discurso é possível múltiplas análises de um mesmo material. Isso é próprio da construção do conhecimento (discursivo) e constitui o debate intelectual, que faz o conhecimento se movimentar. Entendemos também que, dada a emergência recente do tema e, portanto, o reduzido número de estudos acerca dele, uma das limitações desse estudo consiste em não ter sido possível maior aprofundamento, o que pode ser sanado em possíveis pesquisas futuras.

Referências

- Austin, J. L. (1962). *Quando fazer é dizer*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- Brown, W. (2020). *Nas ruínas do neoliberalismo: ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Politeia.
- Bakhtin, M. (2006). *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A.
- Brasil. (1988). Constituição Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/
- Cazarin, E. A., Rasia, G. dos S. (28 de out. 2020). *As noções de acontecimento enunciativo e de acontecimento discursivo: um olhar sobre o discurso político*. <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/14432>.
- Fernandes, C. A. (2007). *Análise do Discurso reflexões introdutórias*. São Carlos – SP: Editora Claraluz.
- Foucault, M. (1972). *A arqueologia do saber*. Petrópolis, RJ: Vozes/Lisboa: Centro do Livro Brasileiro.
- Leopoldo, E. (27 de ago. 2020). O mundo, a Amazônia e a região de fronteira no fio da navalha: o Sul e Sudeste do Pará em tempos da pandemia do coronavírus. Espaço e Economia. *Revista brasileira de geografia econômica* 18 | 2020 ANO IX, número 18.

- Lima, M. (25 de out. 2020). Por trás dos números da Covid-19. *Jornal GGN.com.br*. <https://jornalggm.com.br/artigos/a-tempestade-que-se-avizinha-e-a-revolucao-social-do-ze-dirceu-e-a-economia-e-tecnociencia-solidarias-por-renato-dagnino/>.
- Lima, M. P. (2019). *O discurso dos missionários dominicanos sobre os indígenas do Araguaia na revista Cayapós e Carajás*. [Dissertação Mestrado – PDTSA, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará]. <https://pdtsa.unifesspa.edu.br/images/MILTONLIMA.pdf>
- Mendes, C. M., Souza, J., Silva, S. M. R. da. (20 de set. 2020). A noção de acontecimento à luz da Análise do Discurso, da Semântica do Acontecimento e da Semiótica Tensiva. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 20, n. 1, p. 179-195, jan./abr.
- Mendes, L. A. S. (2020). *Medo, pobreza e a vida desigual na cidade em todos os tempos*. In: *Reflexões geográficas em tempos de pandemia*. Couto, A. C. L., M. A. (Ed.). Ananindeua - Pará: Editora Itacaiúnas.
- Orlandi, ENI P. (2015). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes Editores.
- Orlandi, E. P. *A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico*. In. Dias, C. (Ed.) *Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital* [online]. Série e-urbano. Vol. 2, 2013, Consultada no Portal Labeurb – <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/>
- Orlandi, E. P. (2007). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes Editores.
- Possenti, S. (2009). *Os limites do discurso: ensaios sobre o discurso e o sujeito*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Py, F. (2020). *Pandemia cristofascista*. Rio de Janeiro: Editora Recriar.
- Rocha, J. R. (28 de out. 2020). *Limites do sentido e o papel do leitor na contemporaneidade*. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/3498>.
- Romão, J. (25 out. 2020). Geledês. <https://www.geledes.org.br>.
- Silva, I. S. da. (2006). *Migração e cultura no Sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)*. [Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Goiás – UFG]. <https://files.cercomp.ufg.br/>